

## Angola

Em 2014, foram moderados os progressos de Angola no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo aceitou o Protocolo de Palermo, adoptou uma nova lei para proteger todas as crianças contra o tráfico de pessoas para exploração sexual e económica, criou uma Comissão contra o Tráfico de Seres Humanos e deu formação aos quadros da polícia. Contudo, há crianças envolvidas no trabalho infantil em Angola, incluindo na agricultura e mineração. Há deficiências no quadro jurídico de protecção das crianças contra a exploração, incluindo a falta de proibições ao uso de crianças em actividades ilícitas. Para além disto, há poucas informações disponíveis ao público acerca dos esforços do governo para executar as leis referentes ao trabalho infantil, incluindo as suas piores formas.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Angola.

Área	Iniciativa sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Certificar-se de que a lei proíba ocupações ou actividades perigosas para crianças em todos os sectores relevantes em Angola, incluindo a pesca em alto mar, a mineração diamantífera, vendas ambulantes e trabalho de rua.	2011 – 2014
	Certificar-se de que o quadro jurídico proteja todas as crianças menores de 18 anos contra a pornografia infantil e que inclua penalidades por posse de pornografia infantil.	2014.
	Certificar-se de que o quadro jurídico proíba o uso de crianças em actividades ilícitas, incluindo roubos ou transportes ilegais.	2014.
	Aumentar a idade de ensino obrigatório para 14 anos, em harmonia com o Plano Nacional de Desenvolvimento.	2009 – 2014
Fiscalização	Reforçar o sistema de inspecção laboral aumentando a quantidade de inspectores do trabalho para implantar uma cobertura adequada da força de trabalho e oferecendo formação adequada e os recursos necessários a todos os inspectores.	2009 – 2014
	Recolher informações sobre o trabalho infantil junto aos órgãos provinciais e disponibilizar ao público informações sobre inspecções, citações, violações e penalidades relacionadas com o trabalho infantil.	2011 – 2014
	Disponibilizar ao público informações sobre a quantidade de agentes da polícia, investigações, processos e condenações relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.	2011 – 2014
Coordenação	Estabelecer mecanismos de coordenação para combater o trabalho infantil, incluindo todas as suas piores formas.	2014.
	Divulgar detalhes sobre o processo de selecção de membros da sociedade para o CNAC.	2012 – 2014
Políticas governamentais	Acelerar os processos de registo de nascimentos e identificação para promover as matrículas escolares e oferecer serviços sociais a crianças vulneráveis.	2010 – 2014
	Utilizar os resultados do inquérito nacional sobre o bem-estar da população de 2008-2009 para integrar as estratégias de eliminação e prevenção do trabalho infantil às políticas existentes.	2009 – 2014
	Revisar e reforçar o NPAI SCEC e assegurar a sua efectiva implementação.	2014

	Afectar mais recursos do governo para a política de educação para todos para assegurar o cumprimento dos objectivos.	2014
Programas sociais	Realizar investigações sobre as piores formas de trabalho infantil.	2010 – 2014
	Reforçar o sistema educacional com mais recursos, escolas e professores capacitados.	2013 – 2014
	Avaliar o eventual impacto dos programas existentes sobre o trabalho infantil.	2011 – 2014
	Instituir programas voltados a crianças envolvidas na exploração sexual comercial, actividades ilícitas e trabalho forçado na agricultura, trabalho doméstico e mineração diamantífera, assim como ampliar os actuais programas voltados a lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil.	2010 – 2014